



EXPERIÊNCIAS E PRÁTICAS: AS LEIS 10.639/03 e 11.645/08 NA FORMAÇÃO DOS ESTUDANTES DO CURSO DE LICENCIATURA EM MATEMÁTICA DO IFRJ – PARACAMBI

EXPERIENCES AND PRACTICES: LAW NO. 10.693/03 AND LAW NO. 11.645/08 IN THE EDUCATION OF THE STUDENTS OF THE BACHELOR OF MATHEMATICS PROGRAM OF IFRJ - PARACAMBI

Janaína de Azevedo Corenza

Doutoranda em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio.Brasil.
Mestre em Educação pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, UNIRIO.
Professora das disciplinas pedagógicas do Curso de Licenciatura em Matemática do Instituto Federal do Rio de Janeiro, IFRJ, Campus Paracambi. Professora no Curso de Pedagogia da Faculdade Cenequista da Ilha do Governador, FACIG, Brasil.
janaina.corenza@ifrj.edu.br

Sara Moitinho da Silva

Doutoranda em Sociologia da Educação no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade de São Paulo-USP.Brasil. Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio. Professora de Didática no Instituto Federal do Rio de Janeiro, IFRJ, Campus Paracambi, Brasil.
sara.silva@ifrj.edu.br

Resumo

Este trabalho tem como objetivo refletir sobre a implementação das leis 10.639/03 e 11.645/08 no curso de Licenciatura em Matemática do IFRJ. O trabalho está organizado em duas seções: na primeira, faremos uma apresentação teórica sobre relações étnico-raciais, preconceito e discriminação no cotidiano escolar e na segunda seção apresentaremos as atividades realizadas pelos estudantes. Como conclusão afirmamos que os jogos africanos constituem um recurso interessante e prazeroso que pode contribuir para a implementação da referida legislação.

Palavras-chave: Cultura; Diversidade; Formação de Professores.

Abstract

This paper aims to reflect on the implementation of laws 10,639/03 and 11,645/08 in the Bachelor's Degree in Mathematics from IFRJ. The paper is organized into two sections: first, we will make a theoretical presentation of ethnic-racial relations, prejudice and discrimination in everyday school life and in the second section we present the activities of the students. In conclusion we affirm that African games are an interesting and enjoyable resource that can contribute to the implementation of that legislation.

Keywords: Culture; Diversity; Teacher Training.

1. Apresentação

Marcelo Paixão (2008) afirma em seu livro “A dialética do Bom Aluno”, que a recente expansão do sistema educacional brasileiro não se traduziu na superação das iniquidades raciais. A partir da análise de um conjunto de indicadores educacionais estudados, é possível constatar segundo o autor:

- Um ingresso mais tardio na rede de ensino por parte dos negros comparativamente aos estudantes brancos;
- Uma saída mais precoce dos estudantes negros do sistema de ensino;
- Um nível de aproveitamento do ensino inferior entre os negros em relação aos brancos, o que se reflete na taxa de escolaridade líquida, eficácia do sistema de ensino e adequação dos jovens às séries esperadas (PAIXÃO, 2008).

Segundo o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas – IPEA -, em uma edição especial nº. 13/2007, *Políticas Sociais- Acompanhamento e Análise*, um balanço dos últimos dez anos da política social brasileira na esfera federal entre os anos de 1995 e 2005, um dos momentos importantes em que a discriminação se faz presente na vida das pessoas é o momento de socialização via inserção escolar. De acordo com esta pesquisa, “são os estabelecimentos escolares, juntamente com as famílias, os espaços privilegiados de reprodução – e, portanto, também de destruição – de estereótipos, de segregação e de visualização dos efeitos perversos que esses fenômenos têm sobre os indivíduos” (id. p.282).

É possível reduzir as diferenças entre negros e brancos e o Brasil vem logrando algum êxito neste campo. Quase não há mais diferenças entre negros e brancos no que tange ao acesso à educação pré-escolar e até as diferenças em termos de taxa líquida de matrícula vêm caindo para os dois ciclos do fundamental. No entanto, as diferenças ainda são demasiadamente grandes. Negros ainda saem do sistema educacional com um ano e meio de educação menos que brancos, ganham apenas 53% do que ganham brancos e têm o dobro de chance de viver na pobreza. Se pretende realmente construir uma democracia racial neste país, serão necessárias ações mais energéticas que as praticadas até agora. (id. p.290).

Assim, neste contexto de desigualdade e discriminação racial, situamos a importância das reivindicações e propostas históricas e as fortes campanhas empreendidas pelo Movimento Negro que têm pressionado o Estado brasileiro para formular projetos no sentido

de promover políticas e programas para a população negra, e valorizar a história e a cultura do povo negro. Neste sentido, destacamos algumas das principais contribuições das Leis 10.639/03 e 11.645/08.

Em 9 de Janeiro de 2003, o Presidente da República, Luiz Inácio da Silva, reconhecendo a importância das lutas antirracistas dos movimentos sociais negros, alterou a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional) e sancionou a Lei nº 10.639/03, que introduziu na Lei nº 9.394/96 os seguintes artigos:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§1º. O Conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§2º. Os Conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

Art.79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como “Dia Nacional da Consciência Negra”.

Sales Augusto dos Santos (2005), pesquisador e organizador da publicação da SECAD (2005) “Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03”, afirma que essa Lei é fruto da luta antirracista do Movimento Negro. O autor busca demonstrar que essa Lei não surgiu do nada, ou da boa vontade política, mas sim é resultado de anos de lutas e pressões do Movimento Social Negro por uma educação não eurocêntrica e antirracista.

A obrigatoriedade de inclusão da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos currículos da Educação Básica constitui uma decisão política importante com repercussões, inclusive, na formação de professores. Assim, cabe pensar, que além de universalizar o ensino no Brasil, é preciso valorizar a história e a cultura de seu povo, tentando reparar danos que se repetem há cinco séculos, à sua identidade e aos seus direitos. A história e a educação do negro não se restringem à população negra, pelo contrário, diz respeito a todos os brasileiros, pois todos devem educar-se como cidadãos atuantes em uma sociedade multicultural.

As Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08 supõem inúmeros desafios para a sua implementação. Elas não são de fácil aplicação, pois requerem uma nova política e

formulação de projetos no sentido de promover e valorizar a história e a cultura do povo negro. Assim, no ano de 2004, o Conselho Nacional de Educação aprovou o parecer – CNE/CP 1/2004 – que propõe as Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico raciais e para o Ensino de História e Cultura Africanas e Afro-Brasileiras a serem executadas pelos estabelecimentos de ensino de diferentes níveis e modalidades, cabendo aos sistemas de ensino, no âmbito de sua jurisdição, orientar e promover a formação de professores e professoras e observar o cumprimento das Diretrizes. Este parecer é mais uma contribuição para o reconhecimento dos direitos sociais, civis, culturais e econômicos, bem como para a valorização da diversidade, do que distingue os negros dos outros grupos que compõem a população brasileira. Esta nova legislação demanda uma mudança nos discursos, lógicas, gestos, posturas, modo de tratar as pessoas negras. Busca também que se reconheça a sua história e cultura, tendo como objetivo especificamente a desconstrução do mito da democracia racial na sociedade brasileira, que propaga a crença de que, se os negros não atingem os mesmos patamares que os brancos, é por falta de competência, esforço ou interesse. Sendo assim, é preciso lutar para que os alunos e alunas recebam uma educação igualitária, que possibilite o desenvolvimento intelectual e emocional, independentemente de determinado pertencimento étnico-racial, para a construção de uma sociedade justa, igual, equânime.

Para tal, Marcelo Paixão (2008) afirma que esta lei foi uma das maiores conquistas do movimento negro contemporâneo no Brasil, pois supõe uma perspectiva contra hegemônica desenvolvida por estudiosos da área da educação vinculados ao movimento antirracista.

O autor destaca que sua implementação enfrentará os seguintes desafios básicos:

- A formação de professores da rede de ensino fundamental e médio no sentido de eles efetivamente se capacitarem para a educação das crianças e jovens dentro de uma perspectiva multicultural e não simplesmente limitada ao estudo das lutas e cultura africana e afro-brasileira desde conhecidos aspectos folclóricos, que não raras vezes, na contramão, acabam reforçando antigos estereótipos e preconceitos;
- Como fazer com que o espírito da Lei nº 10.639 possa ser aplicado para além dos cursos de história e geografia, englobando as outras áreas do conhecimento (português, matemática, ciências etc.), dentro da perspectiva transversal.

Nesta perspectiva, as Leis poderão contribuir positivamente, se tais aspectos estiverem ocupando um papel de maior destaque na agenda dos atuais formuladores de políticas

públicas na educação. Sales Augusto dos Santos (2003) afirma que será preciso pressão sobre os governos municipais, estaduais e federal para que esta Lei seja executável.

Convém ressaltar que a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – MEC – vem se dedicando ao desenvolvimento de estudos, pesquisas e produtos para a formulação de uma política de inclusão social. Um dos principais objetivos dessa Secretaria é enfrentar as injustiças no sistema educacional do Brasil. Tem como princípio fundamental planejar, orientar e acompanhar a formação e a implementação de políticas educacionais, tendo em vista a diversidade de grupos étnico-raciais.

O presente trabalho visou desenvolver, junto aos estudantes do curso de Licenciatura em Matemática do IFRJ (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro) campus Paracambi, um longo debate e a explicitação da prática docente com vistas a aprofundar o tema da diversidade étnico racial e cultural na educação escolar, a partir da implementação das Leis 10.639/03 e 11.645/08. Para o desenvolvimento do debate com estes estudantes tomamos como referência algumas publicações como Diversidade na Educação: reflexões/experiências (2003); Educação como Exercício da Diversidade (2005); e a História da Educação do Negro e Outras Histórias (2005). Estas publicações incluem trabalhos dos seguintes especialistas: Nilma Lino Gomes (2003, 2005); Eliane Cavalleiro (2003, 2005); Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva e Luiz Alberto de Oliveira Gonçalves. (2005); Ana Lúcia Valente (2003, 2005); Iolanda de Oliveira (2000); Kabengele Munanga (2005, 2006). As leituras serviram de base a melhor compreensão da problemática, além de ser um suporte teórico para a fundamentação das questões que foram apresentadas.

Uma outra publicação da Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade com o título: Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico raciais (2006), que também contribuiu com as reflexões desenvolvidas, afirma que o objetivo deste documento é apoiar o trabalho pedagógico das escolas para a construção de uma educação antirracista e buscar valorizar e assegurar a diversidade étnico racial, tendo a educação como um instrumento decisivo para a promoção da cidadania e do apoio às populações que vivem em situações de vulnerabilidade social, tomando como base os seguintes princípios:

- Socialização e visibilidade da cultura negro-africana;
- Formação de professores com vistas à sensibilização e à construção de estratégias para melhor equacionar questões ligadas ao combate da discriminação racial e de gênero e à homofobia;

- Construção de material didático-pedagógico que contemple a diversidade étnico-racial na escola;
- Valorização dos diversos saberes;
- Manifestação contra as formas de discriminação e não se omitir diante das violações de direitos das crianças. Assim, é necessário ter informação sobre os direitos que necessitam ser assegurados a todas as crianças.

Nesse sentido, reconhecer as diferenças é um passo fundamental para promoção da igualdade, sem a qual a diferença poderá vir a se transformar em desigualdade.

Abordamos desta forma, contribuições provenientes da ampla literatura do campo dos estudos das relações raciais e as contribuições das leis 10.639/03 e 11.645/08. Somos conscientes do caráter limitado e provisório da aproximação realizada a uma temática que vem sendo objeto de uma intensa e diversificada produção acadêmica. A partir dessas contribuições, percebemos que determinados aspectos devem ser levados em consideração quando pesquisamos as práticas no contexto escolar em uma perspectiva de desconstrução de determinadas ações, e ainda mais, com o recorte racial por ser essa uma questão que suscita extensas discussões no contexto brasileiro. São eles: os alunos e alunas, suas histórias de vidas e relações nos espaços escolares, diversidade cultural, racial e étnica no cotidiano escolar; as relações entre a diversidade étnico-racial e as diferentes abordagens dos educadores no enfrentamento destas questões. Esses são temas que estiveram presentes no desenvolvimento do presente trabalho.

2. As leis e as práticas docentes: colocando a mão na massa

Procuramos desenvolver nas turmas do curso de licenciatura em Matemática, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – Campus Paracambi, o pensamento crítico sobre as problemáticas históricas ora apresentadas. Como meio de oportunizar aos estudantes uma reflexão sobre a implementação das Leis 10.639/03 e 11.645/08, constituímos um momento de troca de ideias.

Considerando que estes estudantes estarão em sala de aula da educação básica em breve, avaliamos que é urgente a realização de um trabalho que busque a aquisição de conhecimentos que lhes possibilitem compreender e interferir na situação da população afrodescendente no sistema de ensino, através da sua prática pedagógica, promovendo a real democratização das oportunidades educacionais. Além disso, a construção de estratégias de

uma ação pedagógica transformadora na busca pela visão da valorização da cultura africana em sala de aula foram alguns dos objetivos da realização das atividades que serão descritas em seguida.

Iniciamos os trabalhos realizando uma oficina sobre o tema. O debate versou sobre o perigo de termos acesso a apenas uma história. Este debate foi promovido através da exibição do filme “*Chimamanda Adichie: perigos de uma história única*”¹ que revela que nossas vidas e nossas culturas são compostas de muitas histórias sobrepostas. A escritora Chimamanda Adichie conta a história de como ela encontrou sua autêntica voz cultural - e adverte-nos que se ouvimos somente uma única história sobre uma outra pessoa ou país, corremos o risco de gerar grandes mal-entendidos. A reflexão foi trabalhada pela professora Waldinéia Teles², e nesta oportunidade, os estudantes fizeram perguntas, levantaram questões e teceram comentários sobre suas percepções a respeito da problemática. Durante a realização da oficina, diversas atividades foram desenvolvidas com o objetivo de provocar as possíveis quebras de preconceitos.



Imagem 1: Oficina sobre a implementação das Leis 10.639/03 e 11.645/08

Durante a oficina foram também desenvolvidos debates que versaram sobre a compreensão dos fatores de exclusão que levaram um contingente de pessoas negras a serem excluídas socialmente e economicamente da nossa sociedade. Esta realidade está presente no interior das escolas, quando a representação de negros e negras aparecem de forma invisível e/ou negativas nos livros didáticos, nas histórias e nas aprendizagens escolares. Buscamos

¹ Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=wQk17RPuhW8>

² Pedagoga, Especialista em Educação e Relações raciais – UFF e Assessora Pedagógica do Núcleo de Identidades e Diferenças da SEMEC no Município de Itaboraí.

ressignificar os saberes construídos no processo de ensino-aprendizagem, favorecendo novos olhares a respeito dos direcionamentos curriculares da escola de educação básica e permitindo não fomentar estas representações marcadas por um olhar que não valoriza a diversidade e a cultura negra em sala de aula.

Após o debate e as ricas reflexões sobre a importância da implementação das Leis 10.639/03 e 11.645/08 no sistema de ensino, buscamos de forma prática, trabalhar com os estudantes do curso de licenciatura, através de atividades cujo tema central foi a cultura africana. Os estudantes, divididos em grupos, escolheram jogos africanos para serem desenvolvidos na própria turma. Eles se apropriaram dos jogos, buscaram fontes de informações sobre o contexto histórico do jogo escolhidos, planejaram a sua aplicação e fizeram um plano de aula. Os jogos desenvolvidos pelos estudantes foram os seguintes: Mancala, Tear africano, Curiosidades matemáticas e Sona.

2.1. O jogo mancala

Mancala³ (do árabe naqaala - "mover") é a denominação genérica de aproximadamente 200 jogos diferentes. Originário da África, onde teria surgido por volta do ano 2.000 antes de Cristo. É jogado atualmente em inúmeros países africanos, mas já extrapolou as fronteiras deste Continente. O jogo tem duas vertentes: uma asiática, mais simples e jogado principalmente por mulheres e crianças; e a vertente africana, com regras mais complexas e variadas, jogada principalmente por homens. Algumas versões da Mancala seriam mais complexas que o xadrez, já que se neste uma peça é movida por vez, na Mancala, em todas as suas versões, são movidas diversas peças de cada vez, modificando constantemente a configuração do tabuleiro. Trata-se de um jogo com profundas raízes filosóficas. É jogado, habitualmente, com pequenas pedras ou com sementes. A movimentação das peças tem um sentido de "semeadura" e "colheita". Cada jogador é obrigado a recolher sementes (que neste momento não pertencem a nenhum dos jogadores), e com elas semeá-las suas casas do tabuleiro, mas também as casas do adversário.

Seguindo as regras, em dado momento o jogador faz a "colheita" de sementes, que passam a ser suas. Ganha quem mais sementes tiver no final do jogo. É um jogo em que não há sorte envolvida, mas exclusivamente raciocínio lógico e matemático. O jogo de uma forma geral é disputado por duas pessoas, mas existem variantes para até seis pessoas. Há algumas regras gerais e características comuns⁴ dos jogos de Mancala, seguem abaixo:

³ Disponível em <http://www.jogos.antigos.nom.br/mancala.asp>

⁴ MACEDO, Lino. "Aprender com Jogos" - Ed. Artmed, 2000.

- a) São jogados por duas pessoas, uma em frente à outra, com o tabuleiro longitudinalmente colocados entre elas;
- b) Antes de começar o jogo, o mesmo número de sementes é distribuído em cada uma das cavidades do tabuleiro;
- c) Os jogadores se alternam para jogar, distribuindo as sementes da cavidade escolhida, uma a uma, no sentido anti-horário, nas cavidades subsequentes;
- d) Sempre há captura de sementes, sendo a forma de captura diferente, dependendo do jogo em questão;
- e) A partida termina quando restam muito poucas sementes para o jogo continuas ou quando resta apenas uma semente em cada lado;
- f) Ganha quem tem o maior número de sementes.

As estratégias do jogo envolvem movimentos calculados, que exigem muita concentração, antecipação e esforço intelectual.

O tabuleiro pode ser extremamente simples (como buracos no chão), podem ser toscamente esculpido em madeira ou finamente trabalhados. Diz-se que antigos Marajás indianos, jogavam em tabuleiros decorados, usando como peças, pedras preciosas.

Na sala de aula os estudantes produziram os tabuleiros com caixa de ovos, potes plásticos e feijões, conforme a imagem abaixo. Após a contextualização do jogo e as explicações sobre as regras⁵, os estudantes foram divididos em duplas e iniciaram a atividade.



Imagem 2: Integrantes do Grupo “Mancala” explicando as regras do jogo.

⁵ Disponível em <http://www.jogos.antigos.nom.br/mancala.asp>



Imagem 3: Estudantes do curso de Licenciatura em Matemática aplicando o jogo “Mancala”

O objetivo foi mostrar que este jogo busca auxiliar no desenvolvimento da capacidade matemática dos estudantes, bem como para noções de proporção e estratégia, sendo facilmente aplicado nas turmas de educação básica. Sua simplicidade faz com que seja um jogo muito popular que, lentamente, começa a ocupar seu lugar entre os apreciadores de jogo do mundo.

2.2. Tear africano

Na busca pela valorização da arte africana, outro grupo de alunos apresentou a riqueza do tecido kente⁶, fabricados em teares. Embora a construção do tear não possibilitasse a confecção de tecidos em sala de aula, foi interessante o desenvolvimento da criticidade a respeito da visão a-histórica da África, disseminada pela colonização europeia e que ainda é predominante em nosso país. As diversidades culturais e os conhecimentos que os povos africanos trouxeram para nossa história foram apreendidas pelo grupo e debatidas em sala de aula. Conceitos matemáticos também foram trazidos para a aula por intermédio do tear africano, como as propriedades reflexivas dos espelhos.

⁶ O kente é um tecido produzido pelas etnias ashanti e Ewê no Gana. Antigamente ele só podia ser usado por reis. O material básico para sua produção é o algodão do norte do Gana ou a seda. Como não havia a criação do bicho-da-seda no Gana, desde o século XVII os ashantis importavam tecidos de seda, desfaziam-nos e produziam os tecidos kenté.



Imagem 5: Tear africano construído por um dos grupos da turma de Licenciatura em Matemática

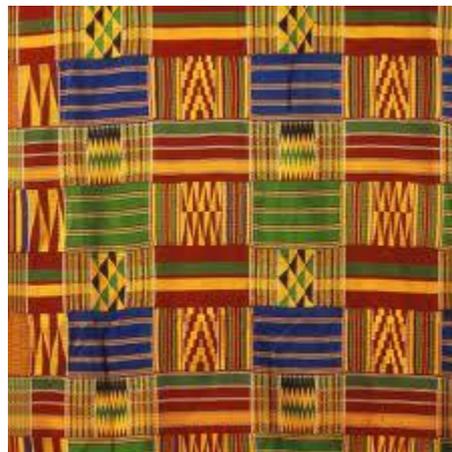


Imagem 6: Exemplo de tecido kente

2.3. Curiosidades matemáticas

O grupo seguinte apresentou uma série de curiosidades matemáticas. Trouxeram provérbios e contos africanos e mobilizaram a turma com a leitura dos mesmos. Para exemplificar a riqueza da cultura africana, trouxeram cordões e adereços que revelaram habilidades e as múltiplas faces da África. Dialogando com a matemática, os estudantes criaram problemas envolvendo operações matemáticas com curiosos números da África, como por exemplo:

Suponhamos que numa população de 2500 pessoas africanas, 489 pessoas vivam de pintar casas, 555 pessoas vivam de fabricar bijuterias e o restante viva de contar histórias. Em forma de expressão numérica, calcule o número de pessoas que vive de contar histórias.

Em um segundo momento, o grupo trabalhou com materiais concretos para a confecção de estampa artesanal. Com retalhos, giz coloridos e um ferro de passar roupa, os estudantes ensinaram aos demais colegas a confecção de estampa.



Imagem 6: Confecção de estampa artesanal

Os estudantes puderam conhecer esta técnica que oferece uma diversidade de manejo e de criação por parte dos africanos. Através de desenhos geométricos, os estudantes criaram imagens coloridas e divertidas, compreendendo a riqueza da cultura africana e dos conhecimentos desenvolvidos na técnica. Após a elaboração e a pintura dos desenhos, a aplicação de ferro de passar roupa em temperatura alta possibilitou a “aplicação” da imagem ao tecido, podendo até mesmo ser lavado sem risco de desbotar.



Imagem 7: Aplicação do ferro para a ficção da estampa artesanal

2.4. Sona

O último grupo trabalhou com o jogo "Sona"⁷. Este jogo é desenvolvido por meio da geometria dos desenhos traçados no chão ou em uma folha de papel. Os desenhos são inspirados nos desenhos do povo Tchokwe que habitam o nordeste da Angola, partes do noroeste da Zâmbia e as áreas adjacentes do sul do Congo. São conhecidos por seu trabalho de decoração, incluindo uma variedade de arte, artesanato e desenhos de areia conhecida como Sona (singular lusona). Estes desenhos na areia são parte da tradição oral do povo Tchokwe e servem basicamente como um dispositivo mnemônico para contar histórias. O Sona é elaborado pelos homens mais velhos, os meninos aprendem a contar histórias e aprendem o Sona (desenho) como parte de sua iniciação em rituais. O Sona pode ser desenhado sem levantar o dedo ou refazer uma linha. Para iniciar uma Lusona o artista geralmente começa alisando a areia e com a ponta dos dedos cria uma grade de pontos equidistantes chamado tobe que servirá como um quadro para a lusona.

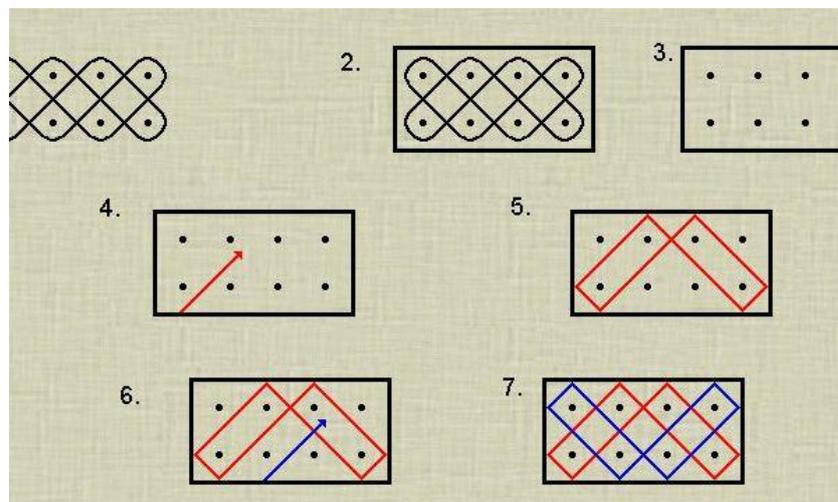


Imagem 8: Exemplos de desenhos trabalhados na turma

Os componentes do grupo explicaram a origem do jogo e as estratégias para jogar. Cada estudante recebeu uma folha com os “pontos” a serem ligados. Algumas tentativas foram feitas e aos poucos os estudantes foram compreendendo as lógicas e as formas de criação dos desenhos.

⁷ Disponível em <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=20876>



Imagem 9: Estudantes confeccionando os desenhos de acordo com as regras do Sona

Ao final das tentativas, os estudantes exibiram seus desenhos e trocaram ideias sobre as dificuldades encontradas. O grupo elaborou vários desenhos com dificuldades diversificadas, possibilitando que novas estratégias fossem elaboradas.

3. Considerações finais

Giroux (1995) nos aponta a necessidade de tentarmos desenvolver uma pedagogia nas práticas culturais, uma pedagogia que utilize através do uso e formas, o conhecimento e a experiência cultural popular dos alunos. Neste sentido, é muito importante que se forneça aos alunos condições para se tornarem sujeitos de seu processo de conhecer e aprender, e não simplesmente, o objeto do trabalho, mas que eles se sintam agentes, produtores de conhecimentos e não consumidores em uma sociedade capitalista e excludente.

Trabalhar com a temática racial na escola, torna-se um fator importante para tentar desconstruir as narrativas hegemônicas e tentar construir e narrar uma outra narrativa contra hegemônica, de valorização a diversidade, as práticas, as experiências, as lutas, as solidariedades que fazem parte da vida das pessoas e dos alunos. Neste sentido, “confere à escola e ao currículo um papel importante na desestabilização de identidades hegemônicas e de proposição de caminhos alternativos.” (Moreira, 2004). Assim, a escola torna-se um

espaço em que se privilegia a valorização das diferentes vozes que sempre foram silenciadas e que poderão ser ouvidas e, onde as transformações sociais podem ser igualmente discutidas.

Investigar os diferentes povos africanos, conhecer sua vida, seus valores, estilo, suas tecnologias, e suas histórias buscando conhecer as semelhanças e as diferenças, são caminhos para introduzirmos as noções de diversidade e conhecimentos no contexto pedagógico. Esta possibilidade ser essencial aos alunos independente de suas origens, no sentido de reavaliar sua concepção sobre a identidade afro-brasileira.

Torna-se importante, que as escolas e os educadores tenham acesso e conhecimento ao ensino da história africana, devendo ser motivados e mobilizados a trabalharem o assunto no cotidiano escolar. Que contribuam para desconstruir narrativas hegemônicas e ajudem os alunos a conhecer as suas próprias experiências e as dos outros

Consideramos que os jogos africanos se constituem em uma alternativa metodológica eficiente sendo, portanto, um recurso interessante e prazeroso que pode contribuir para a aprendizagem dos estudantes da educação básica, em consonância com a exigência legal. De acordo com Miguel de Guzmán, (1986), o objetivo dos jogos na educação não é apenas divertir, mas extrair dessas atividades conteúdos suficientes para gerar um conhecimento, interessar e fazer com que os estudantes pensem com certa motivação. Afirma que o uso de jogos no ensino representa, em sua essência, uma mudança de postura do professor em relação ao que é ensinar matemática, ou seja, o papel do professor muda de comunicador do conhecimento para o de problematizador, observador, facilitador, mediador e incentivador da aprendizagem no processo de construção do saber pelo estudante e nós, concordamos com este pensamento. A implementação das leis 10.639/03 e 11.645/08 nas escolas de educação básica busca uma mudança de postura em sala de aula, o que também é definido nos Parâmetros Curriculares Nacionais (MEC, 1998) quando deixam claro que é necessário o professor tratar a matemática como uma ciência dinâmica, aberta a adesão de novos conhecimentos e desta forma o docente deve desempenhar o papel de mediador entre o conhecimento matemático e o estudante. Quando buscamos a Educação Matemática para contextualizar tal pensamento, encontramos estudos como a de Grandó (1995), que se referem ao jogo como um gerador de situação-problema e desencadeador da aprendizagem do aluno. Os PCN (1998) trazem o argumento de que os jogos de estratégia são exemplos práticos que ajudam a desenvolver habilidades específicas para resolver problemas além de auxiliar na construção do pensamento lógico- matemático e foi com este objetivo que trabalharmos com os jogos africanos, na busca pela reflexão da cultura africana e a matemática. Como resultados, obtivemos dos estudantes do curso de Licenciatura-IFRJ-campus Paracambi,

relatos positivos sobre as atividades desenvolvidas e a busca por novas informações, dados e perspectivas sobre a temática em questão.

4. Referências bibliográficas

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais** / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília : MEC/SEF, 1998. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/introducao.pdf>>. Acesso em 01 out 2014.

BRASIL. IPEA – Políticas sociais– **Acompanhamento e análise** - Edição de 2008, nº 15 – Educação e Igualdade Racial. Disponível em <www.ipea.gov.br>. Acesso em 01 out 2014.

BRASIL. IPEA - Políticas sociais– Acompanhamento e análise– Edição especial, nº. 13 (1995-2005) IPEA – **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**, 2007. Disponível em <www.ipea.gov.br>. Acesso em 01 out 2014.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Ministério da Educação. Disponível em:< <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf1/proejalei9394.pdf>>. Acesso em 01 out 2014.

BRASIL. Ministério da Educação / Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília: SECAD, 2006. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/orientacoes_etnicoraciais.pdf>. Acesso em 01 out 2014.

BRASIL. **Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações ÉtnicoRaciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. CNE/CP Resolução 1/2004. Diário Oficial da União, Brasília, 22 de junho de 2004, Seção 1, p. 11. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>>. Acesso em: 01 out 2014.

GIROUX, Henry. **Memória e Pedagogia no Maravilhoso mundo da Disney**. In SILVA, Tomaz Tadeu (org.). Alienígenas na sala de aula. Petrópolis Editora Vozes: Rio de Janeiro, 1995.

GOMES, Nilma Lino. **A questão racial na escola: desafio colocados pela implementação da Lei 10.639/03**. In: CANDAU, Vera e MOREIRA, Antonio Flávio (Orgs). Multiculturalismo diferenças culturais e práticas pedagógicas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

GRANDO, R. C. **O Jogo e suas Possibilidades Metodológicas no Processo Ensino-Aprendizagem da Matemática**. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação, UNICAMP. Campinas, São Paulo.1995.

GRANDO, R. C. **O Jogo na Educação: aspectos didático-metodológicos do jogo na Educação matemática.** UNICAMP, 2001.

GUZMÁN, M. **Aventuras Matemáticas.** Barcelona: Labor, 1986.

MACEDO, Lino; PETTY, Ana Lucia S.; PASSOS, Norimar C. **Aprender com jogos e situações-problema.** Porto Alegre: Artmed, 2000.

MOREIRA, Flávio Antônio; PACHECO, José Augusto e GARCIA, Regina Leite(Org). **Currículo: pensar, sentir e diferir.** Rio de Janeiro: Editora DP&A, 2004.

MUNANGA, Kabenguele. **Para entender o negro no Brasil de hoje: história, realidades, problemas e caminhos,** Kabenguele Munanga, Nilma Lino Gomes. 2ª ed. – Coleção Viver e Aprender. São Paulo: Global, 2006.

OLIVEIRA, Iolanda de. **Relações raciais e educação: recolocando o problema.** In: Ivan Costa Lima/ Sonia M. Silveira (Orgs.). **Negros, Territórios e Educação.** Série Pensamento Negro em Educação nº 7, Florianópolis: Núcleo de Estudos Negros/NEN, 2000.

PAIXÃO, Marcelo e CARVANO, Luiz Marcelo (Orgs.). **Relatório anual das desigualdades raciais no Brasil 2007-2008. Instituto de Economia da UFRJ – Rio de Janeiro, 2008.**

PAIXÃO, Marcelo. **A dialética do bom aluno: relações raciais e o sistema educacional brasileiro.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

PINTO, Regina Pahim. **Multiculturalismo e Educação de Negros.** In **Cadernos Cedes,** Campinas, nº 32, 1993.

SALES, Augusto Santos. **A Lei nº 10639/03 como fruto da luta antirracista do Movimento Negro.** In: **Coleção Educação para Todos.** Secretaria de Educação-SECAD. 2005.

Recebido em: 06.10.2014

Aceito em: 05.11.2014